

# Lista de Legislação de interesse para o Poder Local

## 1. Atribuições e competências

Quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais - Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, alterado por Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, Decreto-Lei n.º 268/2003, de 28 de Outubro, Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro, Lei n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro, Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro, Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro, Lei n.º 67-A/2007, de 31 de Dezembro, Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, e Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro.

Quadro de competências e regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias - Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro, e Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de Novembro

## 2. Autonomia Local

- Carta Europeia de Autonomia Local – ratificada pelo Decreto do presidente da república n.º 58/90, de 23 de Outubro.

## 3. Código do Procedimento Administrativo

- Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro alterado por: Declaração de Retificação n.º 265/91, de 31 de Dezembro; Declaração de Retificação n.º 22-A/92, de 29 de Fevereiro; Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro; Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e Lei n.º 30/2008, de 10 de Julho.

## 4. Criação de Autarquias

- Criação e extinção de autarquias locais – Lei n.º 11/82, de 2 de Junho.
- Regime jurídico da criação de Freguesias - Lei n.º 8/93, de 5 de Março
- Lei-Quadro da Criação de Municípios – Lei n.º 142/85, de 18 de Novembro.
- Regime de instalação de novos municípios – Lei n.º 48/99, de 16 de Junho.
- Classificação dos Municípios – Decreto-Lei n.º 77/84, de 8 de Março.
- Lei-Quadro das regiões Administrativas – Lei n.º 56/91, de 13 de Agosto.
- Lei de Criação das Regiões Administrativas – Lei n.º 19/98, de 28 de Abril.
- Lei que aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial – Lei n.º 22/2012, de 30 de Maio

## 5. Associações e outras formas de organização das autarquias

- Associações representativas dos Municípios e das Freguesias - Lei n.º 54/98, de 10 de Agosto

- Áreas Metropolitanas - Lei 46/2008, de 27 de Agosto, estabelece o regime das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto
- Comunidades intermunicipais de direito público – Lei 11/2003, de 13 de Maio.
- Associações de Freguesias de Direito Público – Lei nº 175/99, de 21 de Setembro.

## 6. Contratação Pública e realização de despesas

- Código Dos Contratos Públicos - Aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, republicado por Decreto-Lei nº 278/2009, de 2 de Outubro e alterado por Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril, por Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de Dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro.
- Regime Jurídico de Realização de Despesas Públicas e da Contratação Pública - Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho, alterado por Decreto-Lei n.º 245/2003, de 7 de Outubro; Decreto-Lei n.º 1/2005, de 4 de Janeiro; Decreto-Lei n.º 43/2005, de 22 de Fevereiro; Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, Decreto-Lei n.º 40/2011, de 22 de Março, e Resolução da assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de Abril.

## 7. Eleições para as autarquias

- Lei orgânica da eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais - Lei Orgânica n.º 1/2001 de 14 de Agosto, aletrado por Declaração de Retificação n.º 20-A/2001, de 12 de Outubro; Lei Orgânica n.º 5-A/2001 de 26 de Novembro; Lei Orgânica n.º 3/2005 de 29 de Agosto; Lei Orgânica n.º 3/2010, de 15 de Dezembro, e Lei Orgânica nº 1/2011, de 30 de Novembro. - Lei nº 97/89, de 15 de Dezembro;

## 8. Eleitos Locais

- Controle público da riqueza dos titulares de cargos políticos -Lei n.º 4/83 de 2 de Abril alterada pela Lei n.º 38/83 de 25 de Outubro, Lei n.º 25/95, de 18 de Agosto, Lei n.º 19/2008, de 21 de Abril, Lei n.º 30/2008, de 10 de Julho e Lei n.º 38/2010, de 2 de Setembro.
- Estatuto dos eleitos locais - Lei n.º 29/87 de 30 de Junho, alterado por Lei nº 1/91, de 10 de Janeiro; Lei nº 11/91, de 17 de Maio; Lei nº 11/96, de 18 de Abril; Lei nº 127/97, de 11 de Dezembro; Lei nº 50/99, de 24 de Junho; Lei nº 86/2001, de 10 de Agosto; Lei nº 22/2004, de 17 de Junho; Lei nº 52-A/2005, de 10 de Outubro, e Lei nº 53-F/2006, de 29 de Dezembro.
- Limites à renovação sucessiva de mandatos dos presidentes dos órgãos executivos das autarquias locais – Lei nº 46/2005, de 29 de Agosto.
- Regime de gestão limitada dos órgãos das autarquias locais e seus titulares – Lei nº 47/2005, de 29 de Agosto.
- Regime Jurídico de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos - Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto, alterada pela Lei n.º 39-B/94, de 27 de Dezembro, (Declaração de Rectificação n.º 2/95, de 15 de Abril) Lei n.º 28/95, de 18 de Agosto, Lei n.º 12/96, de 18 de Abril, Lei n.º 42/96, de 31 de

Agosto, Lei n.º 12/98, de 24 de Fevereiro<sup>3</sup>, Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, Lei n.º 30/2008, de 10 de Julho, e Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de Novembro.

- Crimes de Responsabilidade dos Titulares de Cargos Políticos - Lei n.º 34/87, de 16 de Julho, alterada pela Lei n.º 108/2001, de 28 de Novembro, Lei n.º 30/2008, de 10 de Julho, Lei n.º 41/2010, de 3 de Setembro e Lei n.º 4/2011, de 16 de Fevereiro.
- Regime da responsabilidade civil extracontratual do estado e demais entidades públicas - Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro.

## 9. Empresas municipais

- Regime jurídico do sector empresarial local - Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro
- Estatuto do gestor público - Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, alterado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de Janeiro e Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de Janeiro.

## 10. Expropriações

- Código das Expropriações - aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, alterado pela Lei n.º 13/2002, de 19 de Fevereiro – Rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 18/2002, de 12 de Abril; Lei n.º 4-A/2003, de 19 de Fevereiro; Lei n.º 67-A/2007, de 31 de Dezembro; Lei n.º 30/2008, de 10 de Julho, e Lei n.º 56/2008, de 4 de Setembro.

## 11. Finanças Locais

- Lei de Enquadramento Orçamental - Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto alterado por diversos diplomas e republicado pela Lei n.º 52/2011, de 13 de Outubro.
- Lei das finanças locais - Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro alterada pela Declaração de Retificação n.º 14/2007, publicada no Diário da República, Série I, n.º 33, de 15 de Fevereiro; Lei n.º 22-A/2007, de 29 de Junho; Lei n.º 67-A/2007, de 31 de Dezembro, Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril (Orçamento de Estado para 2010); Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro (Orçamento de Estado para 2011); Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro (Orçamento de Estado para 2012).
- “Lei dos Compromissos” – Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas
- POCAL - Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro - aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL)
- Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais - Lei n.º 53-E/2006, e 29 de Dezembro alterado por Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e Lei n.º 117/2009, de 29 de Dezembro.

## 12. Ordenamento do Território e Urbanismo e licenciamento e fiscalização de atividades diversas

- Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - aprovado pelo Decreto- Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, alterado por: Decreto-Lei nº 53/2000, de 7 de Abril; Decreto-Lei nº 310/2003, de 10 de Dezembro; Lei nº 58/2005, de 29 de Dezembro; Lei nº 56/2007, de 31 de Agosto, e Decreto-Lei nº 316/2007, de 19 de Setembro, retificado pela Declaração de Retificação nº 104/2007, de 6 de Novembro; Decreto-Lei nº 46/2009, de 20 de Fevereiro; Decreto-Lei nº 181/2009, de 7 de Agosto; Decreto-Lei n.º 2/2011, de 6 de Janeiro.
- Regime Jurídico da Urbanização E Edificação - Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro alterado por Declaração de Rectificação nº 5-B/2000, de 29-02; Decreto-Lei nº 177/2001, de 04-06, rectificado pela Declaração de Rectificação nº 13-T/2001, de 30-06; Lei nº 15/2002, de 22-02; Lei nº 4-A/2003, de 19-02; Decreto-Lei nº 157/2006, de 08-08; Lei nº 60/2007, de 4 de Setembro; Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro; Decreto-Lei nº 116/2008, de 4 de Julho; Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março e Lei n.º 28/2010, de 2 de Setembro.
- Regime Jurídico do Licenciamento e Fiscalização de Atividades pelas câmaras Municipais -Decreto-Lei n.º 310/2002 de 18 de Dezembro, alterado por Decreto-Lei n.º 156/2004, 30 de Junho; Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro; Decreto-Lei n.º 114/2008, de 1 de Julho, e Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de Abril.

## 13. Referendo Local

- Regime Jurídico do Referendo Local - Lei Orgânica n.º 4/2000 de 24 de Agosto

## 14. Serviços e pessoal das autarquias

- Regime da organização dos serviços das autarquias locais - Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro.
- Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (Lei n.º 35/2014).
- Estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado - Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro.
- Adaptação à Administração Local do Estatuto do Pessoal Dirigente - Decreto-Lei n.º 93/2004 de 20 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, e Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro.

## 15. Tutela

- Regime jurídico da tutela administrativa - Lei nº 27/96, de 1 de Agosto, alterado por Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de Novembro – início de vigência 1 de Dezembro de 2011.

## 16. Código do Processo nos Tribunais Administrativos e Fiscais

- Lei nº 15/2002, de 22 de Fevereiro - Aprova o Código de Processo nos Tribunais Administrativos.
- Lei nº 4-A/2003, de 19 de Fevereiro - (...) Republica, em anexo, o Código de Processo nos Tribunais Administrativos
- Lei nº 107-D/2003, de 31 de Dezembro - Alteração à Lei nº 4-A/2003

## 17. Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais

- Lei nº 13/2002, de 19 de Fevereiro - Aprova o estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais.
- Declaração de Rectificação nº 14/2002, de 20 de Março
- Declaração de Rectificação nº 18/2002, de 12 de Abril
- Lei nº 4-A/2003, de 19 de Fevereiro - Primeira alteração à Lei nº 13/2002, de 19 de Fevereiro.
- Lei nº 107-D/2003, de 31 de Dezembro - Segunda alteração à Lei nº 13/2002, de 19 de Fevereiro.
- Lei nº 2/2008, de 14 de Janeiro - Quarta alteração à Lei nº 13/2002
- Lei nº 26/2008, de 27 de Junho - Nona alteração à Lei nº 21/85
- Lei nº 52/2008, de 28 de Agosto - Aprova a Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais
- Dec-Lei nº166/2009, 31 de Julho - Alteração ao Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais

## 18. Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas

- Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto
- Alterada por: Lei n.º 2/2012, de 02/01- Lei n.º 61/2011, de 07/12- Lei n.º 3-B/2010, de 28/04 - Lei n.º 35/2007, de 13/08 - Rect. n.º 72/2006, de 06/10- Lei n.º 48/2006, de 29/08 - Rect. n.º 5/2005, de 14/02 - Lei n.º 55-B/2004, de 30/12 - Lei n.º 1/2001, de 04/01 - Rect. n.º 1/99, de 16/01 - Lei n.º 87-B/98, de 31/12

## 19. Segurança e proteção civil

- Polícias Municipais - Lei n.o 19/2004, de 20 de Maio - Revisão da lei quadro que define o regime e forma de criação das polícias municipais.
- Protecção Civil - Lei n.o 27/2006, de 3 de Julho - Aprova a Lei de Bases da Protecção Civil.

## 20. Leis dos Conselhos Municipais

- Conselho municipal de Educação - Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro.
- Conselho municipal de Segurança - Lei nº 33/98 de 18 de Julho.
- Conselhos municipais de juventude (Lei n.º 8/2009, de 18 de Fevereiro)